

## DIFICULDADES NA INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA: AS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES NA ESCOLA MUNICIPAL JOSUÉ DE CASTRO, NO MUNICÍPIO DE BURITIS

Tereza Freitas da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar as dificuldades na inclusão de alunos com deficiência na perspectiva dos professores na Escola Municipal Josué de Castro, no Município de Buritis em Rondônia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n 9394/96-em seu Art.2. Assegura:“a educação é direito de todos, sendo dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Ainda garante no Art.3, inciso I: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Neste viés, a pesquisa usou como metodologia o estudo de caso e através de uma abordagem qualitativa buscou verificar as dificuldades dos professores para incluir os alunos com deficiência na escola pesquisada. Os resultados apontaram que os professores não estão preparados para lidar com a diversidade de aluno com deficiência na sala de aula. A ausência de um monitor ou auxiliar que lhe dê suporte, também é um elemento dificultador do ensino. A estrutura física da escola assim também como a falta de participação dos pais na educação dos filhos faz com que o processo educacional não evolua. Conclui-se que a inclusão não ocorre nas escolas. O que se percebe é que elas são depositadas na sala a merce de alguém que cuide deles.

**Palavras-chave:** Alunos com deficiência, Escola, Inclusão, Dificuldades dos professores.

### INTRODUÇÃO

A educação é o principal alicerce da vida social humana. Transmite e amplia a cultura, estende a cidadania e constrói saberes para o trabalho e para o convívio social proporcionando um mundo melhor para todos.

A educação escolar tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana. Propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas na escola do Ensino Regular do Sistema Público baseando-se no princípio de educação para todos. Esse paradigma dimensiona a escola como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção, alterando o modo de ser, pensar e agir.

Essa determinação está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n 9394/96- que em seu Art.2. Assegura:“a educação é direito de todos, sendo dever da

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - PY**[buritistereza@hotmail.com](mailto:buritistereza@hotmail.com)**;

família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Ainda garante no Art.3, inciso I: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.(BRASIL, 1996). Firma-se assim, os aparatos legais para que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular do sistema público seja ofertada de modo acessível e organizado e a escola seja capaz de proporcionar as condições necessárias para que a inclusão aconteça. Contudo, a inclusão escolar necessita de articulação com outros elementos como formação de professores, estrutura física da escola, apoio dos pais e política pública do poder local.

Este estudo limita-se a dimensão da formação dos professores, mais especificamente as suas dificuldades para ensinar a pessoas com deficiência. Assim, o objetivo geral desse estudo é analisar as dificuldades na inclusão de alunos com deficiência na perspectiva dos professores na Escola Municipal Josué de Castro, no Município de Buritis em Rondônia.

Têm-se como pontos fundamentais a compreensão e a discussão dos seguintes eixos: compreender o que é educação inclusiva; verificar as condições da escola para a inclusão; avaliar a formação dos professores; e constatar a existência da relação entre pais e escola.

Para tanto, o artigo apresenta além dessa introdução, a metodologia, o desenvolvimento, os resultados e a conclusão que foi possível chegar.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos necessários à realização da pesquisa proposta partem de um Estudo de caso, através de uma abordagem qualitativa. Visto que é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza realidade de forma complexa.

O estudo de Caso tem como características fundamentais: a descoberta, a interpretação em contexto, busca retratar a realidade de forma concreta e profunda, tem uma variedade de informações, revela uma experiência vicária, procura representar os diferentes pontos de vista numa situação social e os relatos têm linguagem mais acessível.

Enfim, a abordagem da escolha pelo estudo de caso e pela abordagem qualitativa é um grande potencial para conhecer e compreender os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade (LUDKE e ANDRÈ, 1986, p.24).

Foram entrevistadas 10 professoras do ensino fundamental, porém duas delas não tinha em suas turmas alunos com deficiência. As entrevistas foram realizadas em agosto de 2019 e teve como critério as dimensões: as condições da escola, a formação dos professores e a relação entre pais e escola.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Inclusão: breve conceito**

A educação especial garantida na Constituição Federal e definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como modalidade de educação escolar perpassa por todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até ao ensino superior. Assim consegue garantir que todos adquiram bases da cultura que lhes permitam inserir-se com maior igualdade de condições e, ao mesmo tempo, conseguir conciliar a diferença individual.

A educação inclusiva não é propriamente dita uma educação especial. Ela implica em transformar a educação comum num conjunto e, assim poder transformar a educação especial para que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de escolas de qualidade para todos. Inclusão é a capacidade de entender e reconhecer o outro e interagir e compartilhar com pessoas diferentes.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em cada escola e enquanto comunidades devem satisfazer as necessidades de todos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais.

Forest define o seguinte conceito para educação inclusiva:

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagens de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os alunos considerados normais em uma escola de ensino regular. Isso significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados “normais”. Por isso a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos.(FOREST& PEARPOINT, 1997, p.140).

Essa perspectiva de interação e de inclusão já tinha sido discutida na Declaração de Salamanca ao registrar que “o meio mais efetivo de combater as atitudes discriminatórias é criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando uma educação de qualidade para todo o sistema educativo (UNESCO,1994, p. 1).

A inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatos que excluam certas pessoas do meio social e as mantenham afastadas. Para Feltrin (2004, p. 15), “na natureza convive-se com a diferença e na sociedade também. Mesmo assim, há comunidades humanas em que as diferenças não são aceitas. Preferem-se viver e lidar com iguais. Criam-se padrões de ser e de comportar”. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender, no sentido de acolher todas as pessoas; independentemente de suas diferenças individuais e de suas origens na diversidade humana.

### **O espaço inclusivo da escola**

A escola tem a função de combater o preconceito, principalmente no que se refere às pessoas com deficiência. A inclusão ensina a tolerância para todos os que estão diariamente na escola e para a comunidade. No pensar de Freire (2004, p.32), “a chegada das crianças com deficiências nas escolas está provocando uma reflexão”. Estudiosos endossam que a inclusão é uma revolução silenciosa, mas que para ter efeito, todos os envolvidos devem pensar e tem os mesmos objetivos. Deve fazer parte do projeto político pedagógico para que como diretriz seja vivido por todos. É um processo desafiador, mutável que exige esforço e atualizações constantes. A escola terá que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho de todos é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não vivenciarem isso na infância, mais tarde terão dificuldades para vencer os preconceitos. Terão uma vida cidadã pela metade, pois os alunos precisam de certa liberdade para aprender de seu modo, de acordo com as condições. Segundo Freire (2004, p. 3), “não há educação fora da sociedade humana e não há homem no vazio”. A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim uma função reguladora e formativa para os alunos.

A escola tem a tarefa de ensinar os alunos a compartilharem o saber, os sentidos diferentes das coisas, as emoções e discutir pontos de vista. É na escola que se desenvolve o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Seamus Hegarty citado por Feltrin (2004) refere-se à inclusão como “a oportunidade que as pessoas têm de participar plenamente nas atividades, emprego, de consumo, de recreação comunitárias e domésticas, que são específicas do cotidiano social” (FELTRIN, 2004, p. 62-63).

É importante que as crianças de diferentes faixas etárias e condições sociais convivam na sociedade numa forma de aprendizado e complementação mútua.

Vygotski (2004,p.73) descreve:

São dois os agentes que atuam na formação do indivíduo: de um lado, o meio ambiente, a cultura, as pessoas, do outro lado, indispensavelmente, o indivíduo, aquele que deve pôr no trabalho educativo o seu empenho, sem o qual não haverá verdadeira apropriação e interiorização. Portanto, em todo o processo de formação são importantes tanto o aspecto interpessoal como o subjetivo.

Piaget (1974 e 1982), corrobora com esse pensamento ao discutir a forma de conhecimento. Alega que o indivíduo é o construtor do próprio conhecimento e, o conhecimento, uma construção cumulativa resultante da atuação dele no mundo, este encarado como realidade material e como realidade educacional.

### **Família e o movimento pela inclusão**

A Constituição Brasileira de 1988 no artigo. 206. Inciso I assegurou a todas as crianças brasileiras o direito de “ser”; sendo diferentes nas escolas, instituindo como um dos princípios de ensino a igualdade de condições do acesso e permanência na escola. Ao eleger como fundamento da nossa República, a cidadania e dignidade da pessoa humana (art 1º, inciso II e III), é como um dos objetivos fundamentais[ ....] a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação, (art 3º, inciso IV) ela se adiantou a Declaração de Salamanca, que ordenou, em 1994.(BRASIL, 1988).

[...] “todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas, ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências grave.”

Dessa forma, a inclusão não é apenas questão de direitos educacionais negados aos alunos com deficiências. As situações a que esses alunos são submetidos demandam ações decisivas e urgentes, bem como, medidas dramáticas, que as revertem radicalmente.

A história da Educação no Brasil inicia-se no século XIX, e foi inspirada por experiências norte-americanas e europeias. Desde então, seu modelo assistencialista é segregado e a condição de suas políticas esteve quase sempre nas mãos das pessoas ligadas a movimentos particulares, beneficentes e a atendimentos às deficiências, que até hoje detém muito poder sobre a família e as opiniões públicas brasileiras. As famílias com pessoas com deficiências estão entre os que compõem a liderança desses movimentos, que tem influenciado a orientação e o traçado das grandes linhas do ensino especializado. A atuação de tais líderes se exerce muito mais para manter do que para mudar as concepções e condições de atendimento escolar de seus filhos e demais alunos com deficiências (REVISTA NOVA ESCOLA, OUTUBRO, 2007).

A partir da década de 80 e início dos anos 90, as pessoas com deficiências passaram a se organizar e participar de conselhos, comissões e fóruns. Procuram garantir de alguma forma, assegurar os direitos já conquistados e reivindicam outros como: acessibilidade ao trabalho e ao transporte; eliminação de obstáculos arquitetônicos e urbanísticos e soluções para problemas que envolva segurança e privacidade social.

A concepção de atendimento escolar para os alunos com deficiência foi se definindo em fases pelas quais evoluíram os serviços de educação especial de modo que já não se admita segregação escolar de alunos com deficiência, sob qualquer protesto ou alegação. Neste contexto, as pessoas com deficiências têm o mesmo direito de acesso à educação, em ambiente escolar não segregado, tanto o quanto, os tem, seus colegas com deficiências menos severas. As leis que asseguram a inclusão total são claras e cabe entender que a Educação é para todos.

### **A Formação do professor e a inclusão**

Formação de educadores para uma escola inclusiva não restringe a curso de capacitação, reciclagem, aperfeiçoamento e outros que são feitos em diferentes instancias educacionais. Há que ser considerado a reflexão individual sobre a prática em sala de aula e somar ao conhecimento científico já existente as estratégias de ensino mais dinâmicas e inovadoras.

Observa-se que os cursos de formação de professores continuam tradicionais, formando professores para as escolas comuns. Neste sentido, Mazzotta (1993, p 34 e 45) destaca que o educador deve “(...) adquirir primeiro, o saber geral comum a todos os alunos, depois, o saber particular que diz como sua profissão (e compreende grande parte de

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

habilidade), e, enfim, exerce-se em sua atividade profissional”. Poucas são as instituições que ofertam a modalidade de graduação em educação especial. Dessa forma, os professores são formados para educar pessoas sem deficiência e se deparam no dia a dia com alunos com os quais não sabem lidar. A legislação evoluiu ao normatizar a inclusão dos alunos com deficiência na escola regular, mas em contra partida, não preparou o corpo docente e as estruturas das escolas para recebê-los.

Nesta lógica, Freitas (2006 p. 173), nos alerta que à formação do professor, deve “ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional”

Carece aos professores modificar as práticas educacionais desatualizadas e desmotivantes para ensinar e aprender a planejar uma nova forma de ministrar aulas, que sejam mais dinâmicas, interessantes e participativas possibilitando ao educando trabalhar em regime de colaboração e desenvolvendo sua autonomia.

No entender de Mantoan (2006, p. 49) os professores devem envolver as diferenças dos alunos, sem discriminação e realizar “uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.”

O conteúdo curricular deve se tornar mais flexível, possibilitando uma (re) configuração que possibilite o desenvolvimento pleno do aluno. Em todos esses níveis e tipos de formação, os professores são preparados para ministrar “educação escolar especial”, ou seja, aulas de língua portuguesa, matemática, história, Ciências, Geografia etc. Para os alunos com deficiência, em escola e / ou em classes, o ensino itinerante em salas de recursos, além de conhecerem rendimentos de outras disciplinas que tangenciam a educação, também possibilita direcionar o ensino de forma mais adequada aos diferentes tipos de deficiência. (DESSEN E POLONIA, 2007).

A formação do professor do ensino regular precisa, então, ser retomada visando atender aos princípios inclusivos. Essa revisão não se restringirá a incluir uma ou mais disciplinas nos cursos de formação de professores para fazê-los conhecer o que significa esses princípios e suas consequências na organização pedagógica das escolas comuns, mas sim uma formação específica, pensada e executada considerando as possibilidades e limitações da pessoa com deficiência.

Para torná-los capazes de desenvolver uma educação inclusiva, os cursos de formação de professores do Ensino Regular têm de estar inteiramente voltados para as práticas que

acompanham a evolução das ciências da educação e que não excluam qualquer aluno. O conhecimento teórico dos avanços científicos em educação é fundamental para que esses professores possam inovar a maneira de ensinar alunos com ou sem deficiência, nas salas de aula de ensino regular.

### **A relação entre os pais e a escola**

Em primeira instância, a família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, é neste núcleo que a criança nasce e cresce, demonstra seus sentimentos, realiza experiências e vivencia as primeiras recompensas e punições. Por meio da família a criança é inserida na sociedade.

Para Lazzaretti e Freitas (2016, p. 3):

a família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo. Ela é considerada a primeira instituição social, que busca assegurar o bem-estar de seus membros, incluindo a proteção da criança. É ela que vai transmitir valores, ideias, crenças e significados presentes na sociedade. Desta forma, a família tem um impacto significativo no comportamento de seus membros, em especial das crianças, as quais aprendem formas de ver o mundo, de existir e de construir suas relações sociais.

Acrescentam as autoras que as crianças aprendem no convívio familiar a administrar e resolver conflitos, expressar sentimentos, controlar as emoções e essas habilidades sociais refletem em outros espaços em que a criança interage. (LAZARETTI E FREITAS, 2016).

Entretanto, muitos pais de crianças deficientes, se sentem perdidos no que tange a educação dos seus filhos. Neste sentido, caba a escola não só os alunos, mas também os pais ao os professores para que juntos possam superar os obstáculos que impedem o desenvolvimento dos alunos. (DESSEN E POLONIA, 2007).

O processo de ensino aprendizagem na escola deve ser construído tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança, num dado momento e com relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido.

Os alunos com deficiência são considerados; diferentes, carentes e inferiores, na medida em que não corresponde ao padrão de normalidade estabelecida pela sociedade capitalista, urbana, industrial, de pensamento liberal. Faltam a estes, determinados atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser neles incluídos. Assim, encontram barreiras quando desejam ter acesso à educação.

A organização familiar é fundamental para a permanência dos filhos na escola, minimizando ou maximizando a evasão e a repetência escolar (Dessen e Polônia, 2007).

Ainda que a escola se ocupe em reverter essa situação, é imprescindível com a colaboração da família e a participação em outros eventos que influenciam na aprendizagem do aluno. A presença ativa da família na escola não se resume em resolver problemas inerentes ao desempenho do aluno, mas contribuir para o seu desenvolvimento. (Daneluz, 2008). Surge assim a importância de conhecer as dificuldades de cada aluno e de cada família e assim verificar de que forma eles poderão contribuir com o processo de ensino aprendizagem de seus filhos. (DESSEN E POLONIA, 2007).

Coloca-se, então, a análise da maturação ou prontidão destes “sujeitos”. A noção de maturidade e de prontidão tem funcionado somente para discriminar e marginalizar o processo de ensino aprendizagem, separando os estudantes que não são identificados com prontidão dominante ou aqueles com necessidades educacionais especiais. Qualquer que seja o teste de maturidade que se aplique, e quaisquer que sejam os critérios de prontidão que se utilizem, os imaturos são sempre os mesmos, excluídos e privados de novos possíveis processos educacionais.

Nesse sentido, a instituição escolar tem agido, muitas vezes, como veículo de convalidação das diferenças físicas, sociais e psicológicas ou culturas. A escola, para ser de fato inclusiva, deve adaptar-se aos seus educandos, renovando métodos, materiais, serviços e formação continuada. Deve ser realizado um trabalho de preparação geral, anterior a entrada de alunos PCD na rede regular. Além do preparo dos profissionais que irão atuar com este estudante, todo o ambiente deve ser adaptado e a turma conscientizada para uma convivência igualitária enfatizando a diferença entre os indivíduos. A base do desenvolvimento das relações humanas é a diversidade, que deverá ser tomada na sua justa medida. Comportamento de rejeição e superproteção devem ser trabalhados e superados ao máximo. (DESSEN E POLONIA, 2007).

Como qualquer outro conteúdo pedagógico, é importante o respeito das pessoas para com a deficiência: quem é essa pessoa, como se relaciona com ela, que sentimento ela desperta, o que acharia de ter um colega especial na classe. Desse modo, por meio de uma atitude de respeito pode seu semelhante, os estudantes poderão tê-lo como referência e agir de maneira mais adequada na convivência com colegas deficiente.

É fundamental preparar os alunos para abrir espaços e receber seus colegas com deficiências. O desafio se estende também aos pais e a comunidade escolar, para compreenderem, acreditarem e colaborarem, para uma mudança concreta com vantagem para todos. Esse é o motivo de inclusão; parte do todo para uno, mas sempre com qualidade e

seriedade. É isto que falta nas redes escolares, sejam públicas ou privadas.(DESSEN E POLONIA, 2007).

A inclusão deve iniciar na própria casa visto que muitos pais depositam nos profissionais da educação, uma esperança de vida que vai lhes dizer que suas suspeitas são infundadas e que seu filho é uma criança perfeita, sem dificuldades ou problemas. No trabalho com as famílias de crianças PCDs, observa-se que no momento que os pais recebem a confirmação do diagnóstico é muito traumatizante, pois consta que a deficiência não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas, que reagem das mais variadas formas. Muitas vezes não acreditam na evolução do filho e assim não acompanha seu progresso, sua vida escolar, apenas os deposita no ambiente escolar, como se tirasse um peso das suas costas e ganharam um descanso durante o tempo em que eles estão na escola.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O artigo se propunha a traçar um panorama conceitual da educação inclusiva e verificar as condições da escola; avaliar a formação dos professores; e constatar a existência da relação entre pais e escola.

### **Conceito de educação inclusiva**

Considera inclusiva uma educação que integre as crianças e possibilita que elas sejam iguais nas suas diferenças, ou seja, que haja uma adaptação firme e constante de modo que a criança com deficiência realize as mesmas atividades das demais crianças.

### **Condições da escola**

A escola pode se apresentar como o maior entrave para que a inclusão aconteça. Na escola pesquisada ainda não se enxerga uma adaptação eficiente para receber as pessoas com deficiência. Limita-se a rampas deixando de adaptar outras instalações, como salas de aula, instalações sanitárias. Falta ainda um transporte que ajude na locomoção dos alunos, principalmente dos residentes na zona rural.

### **Formação dos professores**

Os professores pesquisados foram todos do gênero feminino, graduados em pedagogia e com especialização na área educacional em letramento e alfabetização. Curiosamente nenhum deles tinha formação adequada para lidar com alunos portadores de deficiência.

Verifica-se assim a falha na formação do professor que por lei é obrigada a receber em sua sala de aula pessoas com deficiência sem está preparado para esse enfrentamento

### **Presença dos pais na escola**

Os pais não participam da vida escolar do filho. Quando se interesse é apenas em levar na escola ou comunicar de alguma deficiência. Esse fato retrata a realidade de todos os alunos e pais dos alunos da educação pública.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do trabalho era veriifcar As dificuldades para ensinar ensnar a crianças com deficiência dentro do ensino regular.

Observou-se que os professores não estão preparados para lidar com a diversidade de aluno com sua sala de aula. A ausência de um monitor ou auxiliair que lhe dê suporte, também é um elemento dificultador do ensino.

As estrutura física da escola assim também como a falta de participação dos pais na educação dos filhos faz com que o processo educacional não evolua.

Conclui-se que a inclusão não ocorre nas escolas. O que se percebe é que elas são depositadas na sala a mercê de alguém que cuide deles.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei das diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 13/09/2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20/08/2019.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação de Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, MEC, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 14/07/2019.

DANELUZ, M. **Escola e família: duas realidades, um mesmo objetivo.** In: I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Cascavel: Unioeste, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/100899-Escola-e-familia-duas-realidades-um-mesmo-objetivo.html> Acesso em 13/09/2019.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto: Paidéia. Vol. 17. n. 36. Jan/abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em 09 out. 2013.

FELTRIN, A. E. **Inclusão Social na Escola: Quando a Pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Vozes, 2004.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Vozes, 2004.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. **Inclusão: um panorama maior**. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997. Cap.22, p.137-141.

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação-doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

LAZARETTI, B.; FREITAS, A.S. **Família e Escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências**. Disponível em: [file:///C:/Users/adeil/Desktop/376-501-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/adeil/Desktop/376-501-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 13/09/2019.

LUDKE, M.; ÁNDRE, M. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. (cotidiano escolar: ação docente).

MAZZOTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

PIAGET, J. **Aprendizagem e Conhecimento**. In: PIAGET, J.; GRÉCO, P. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

REVISTA, Nova Escola. Abril, **Inclusão é hora de aprender**. Out. 2007.

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>: 01/09/2019. Acesso em 13/09/2019.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.